



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO Nº 034/2020
AEROPORTO DE SANTO ÂNGELO

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES - SELT**, sita na Av. Borges de Medeiros, nº 1501, 7º andar, Porto Alegre-RS, criada pela Lei Estadual nº 15.246/2019, inscrita no CNPJ 08.838.143/0001-89, representada neste ato pelo seu titular **Sr. Juvir Costella**, inscrito no CPF sob nº 280.084.210-53, doravante denominada **CONCEDENTE**, e a empresa **LOCALIZA RENT A CAR SA**, sito na Av. Bernardo de Vasconcelos nº 377, Bairro Cachoeirinha, no Município de Belo Horizonte/MG, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 16.670.085/0001-55, representada neste ato pelo **Sr. Elvio Lupo Neto**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 292.158.848-07, Carteira de Identidade nº 23.477.516.6, doravante denominado **CONCESSIONÁRIA**, para a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira - Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do **Expediente Administrativo nº 20/1800-0000253-8, Edital de Pregão Eletrônico Nº 9164/CELIC/2020**, regendo-se pela Lei Estadual nº 13.191/2009, Lei federal nº 8987/1995, subsidiada pelas normas da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 11.389/1999, Decreto Estadual nº 42.250/2003, Decreto Estadual nº 42.020/2002, pelo Decreto Estadual nº 42.434/2003, Decreto Estadual nº 45.744/2008, e legislações posteriores, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Concessão remunerada de uso de área no terminal de passageiros (ATP), de 4,74 m², no Aeroporto Regional de Santo Ângelo, destinada exclusivamente para empresa locadora de veículos, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo II ao Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 A contraprestação que a CONCESSIONÁRIA pagará mensalmente à CONCEDENTE, será o valor de R\$ 1.074,23 (mil, setenta e quatro reais e vinte e três centavos).



Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RECEITAS

3.1 As receitas decorrentes do presente contrato serão registradas segundo a classificação:
1310.02.1.1.0001.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 4.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de início da concessão.
- 4.2. A expedição da ordem de início da concessão somente se efetivará a partir da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.
- 4.3. O objeto do contrato será executado no seguinte local: Aeroporto Sepé Tiaraju de Santo Ângelo Rodovia RS 218 S/N - Km 13 – Estrada para Catuípe Santo Ângelo / RS.
- 4.4. O concessionário não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1. Não será solicitada Garantia de Cumprimento do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento do valor retributivo e das taxas de ressarcimento deverão ser efetuados mensalmente pela CONCESSIONÁRIA, até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, através de Guia de Arrecadação-GA, cujo código é 505. A GA é gerada através da Internet, disponível no site da CONCEDENTE: www.transportes.rs.gov.br – Serviços – ST - Guias de Arrecadação / Taxas de Serviço – CONCESSÃO DE DIREITO DE USO – ÁREA AEROPORTO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, pro rata die, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE



Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

8.1 O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta.

8.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2. O valor do contrato será reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = P0 \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

P0 = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA_n = número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;

IPCA₀ = número do índice IPCA referente ao mês da data da proposta, último reajuste.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

10.1. Desenvolver suas atividades conforme especificações contidas no ANEXO II - Termo de Referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

10.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a concedente a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando a concedente autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

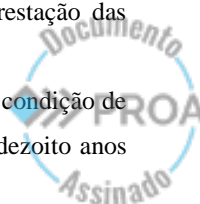
10.4. Comunicar a concedente qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

10.5. Relatar ao concedente toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação das atividades.

10.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

10.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei federal nº 8.666/93.

10.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.9. Providenciar seguro, com integral cobertura, de responsabilidade geral contra roubo, furto, incêndio, perda total, avarias ocasionadas por atos involuntários e danos decorrentes da conservação e uso da área. Uma cópia da Apólice deverá ser entregue ao Concedente.

10.10. Apresentar relação dos aparelhos/equipamentos elétricos que forem instalados no local, até 5 dias após o início das atividades, informando quantidades, potência (w) de consumo de cada um e tempo de uso diário, tendo em vista o cálculo do consumo de energia elétrica mensal, com o fim de ressarcimento do valor respectivo, ou providenciar instalação de relógio próprio junto a companhia de energia elétrica.

10.11. Efetuar o pagamento ajustado.

10.12. Pagar juntamente com o estipulado na Cláusula Sexta uma taxa de ressarcimento de água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica e outras taxas, se houverem, cujo valor será determinado através de rateio feito pelo Concedente, bem como quaisquer ônus que recaiam sobre a área utilizada, incluindo-se tributos municipais, estaduais ou federais.

10.13. Fornecer ao Concedente a relação nominal do pessoal que trabalhará no local, com a respectiva qualificação, atualizando-a quando ocorrer qualquer alteração.

10.14. Conservar e manter a área concedida em perfeitas condições de funcionamento, conservação, limpeza, segurança e higiene, dando solução adequada à retirada de lixo e seu depósito em local designado pelo Concedente.

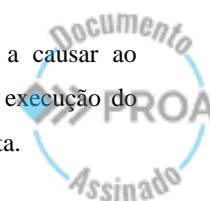
10.15. Não será permitida a subcontratação.

10.16. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

10.17. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitada, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

10.18. A inadimplência da Concessionária, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao Concedente a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

10.19. Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao Concedente ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.



Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

- 10.20. Atender a legislação trabalhista e as leis sociais, assim como demais leis Federais, Estaduais e Municipais pertinentes a atividade a ser desenvolvida.
- 10.21. Observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, submetendo-se à orientação e fiscalização dos órgãos competentes.
- 10.22. Atender a legislação vigente sobre Prevenção de Acidentes, Segurança e Higiene do Trabalho.
- 10.23. Atender integralmente ao Termo de Referência.
- 10.24. Não aplicável.
- 10.25. A concessionária deverá, se for o caso, apresentar Programa de Integridade, nos termos da Lei Estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018 e do seu Regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

- 11.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da concessão, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo concessionário, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.3. Notificar o concessionário por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução da concessão, fixando prazo para a sua correção.
- 11.4. Emitir autorização para início da concessão do seu objeto.
- 11.5. Dar concessão de uso à concessionária, disponibilizando a área descrita no objeto, para a exploração da atividade fim, nos termos do respectivo edital de licitação.
- 11.6. Fazer a vistoria da área concedida quando da devolução por parte da concessionária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

- 12.1. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o concedente poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao concessionário, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.
- 12.2. Com fundamento no artigo 7º da Lei federal nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa, o concessionário que:
- 12.2.1. apresentar documentação falsa;
- 12.2.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- 12.2.3. falhar na execução do contrato;



Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

12.2.4. fraudar a execução do contrato;

12.2.5. comportar-se de modo inidôneo;

12.2.6. cometer fraude fiscal.

12.3. A falha na execução do contrato estará configurada quando o concessionário descumprir as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente, de acordo com o que preceitua o item 12.9.

12.4. Para os fins do item 12.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, e 97, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/1993.

12.5. O concessionário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 12.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.5.1. multa:

12.5.1.1. compensatória de até 10% sobre o valor total atualizado do contrato nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto concedido, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

12.5.1.2. moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 dias.

12.5.2. impedimento de licitar e de contratar com o Estado e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos.

12.6. As multas compensatória e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação da sanção de impedimento de licitar e de contratar.

12.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 8.666/1993.

12.8. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, se houver.

12.8.1. Se o valor da garantia for insuficiente, fica o concessionário obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial

12.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo concessionário ao concedente, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

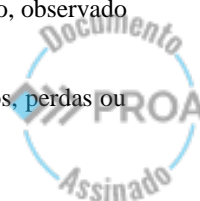
12.8.3. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do concedente.

12.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.10. A aplicação de sanções não exime a concessionária da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.



Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

12.11. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei federal nº 8.666/1993.

12.12. As sanções previstas nesta Cláusula não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS BENFEITORIAS

13.1. A realização de quaisquer benfeitorias ou obras no imóvel objeto da concessão de uso só poderão ser realizadas com dependem de prévia e expressa autorização da Concedente, sempre por escrito.

13.2. As instalações aprovadas não poderão ser alteradas sem nova aprovação do concedente;

13.3. Os custos para as instalações na área objeto, todo o equipamento - máquinas, móveis e utensílios, benfeitorias a serem construídas - necessárias e indispensáveis ao funcionamento do objeto licitado, de acordo com projetos (desenhos, detalhes e orçamentos) aprovados pelo concedente, conforme Termo de Referência, serão de inteira responsabilidade da concessionária;

13.4. As instalações e todos equipamentos, poderão ser retirados pela concessionária, desde que não afetem a estrutura e substância do imóvel, correndo por conta da concessionária as despesas com remoção e o risco pelo seu levantamento;

13.5. As benfeitorias fixas que vierem a ser efetuadas pela concessionária e que integrarem a estrutura e substância do imóvel passarão à propriedade da concedente tão logo sejam concluídas, independentemente de qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao concessionário o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. O concessionário reconhece os direitos do concedente em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 8.666/1993.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. indenizações e multas.



Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

14.5. Também durante a vigência deste instrumento, ficará sujeita a concessionária se der lugar à rescisão, a indenizar ao concedente em tantas vezes o valor mensal quantos forem os meses que faltarem para o término do contrato, considerando como base de cálculo o valor mensal vigente à época da rescisão.

14.6. Findo ou rescindido o contrato, o concedente entrará de imediato e de pleno direito, na posse de área, sem que assista à concessionária qualquer direito à indenização ou compensação.

14.7. Na ocorrência de qualquer hipótese de rescisão, a concessionária, no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, deverá retirar da área, os bens, mobiliários e equipamentos de sua propriedade, sob pena de não o fazendo, serem os mesmos considerados abandonados e com destinação a critério do concedente.

14.8. Até a efetiva desocupação da área a concessionária obriga-se ao pagamento do preço específico e dos demais encargos estabelecidos neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

15.1. É vedado ao concessionário:

15.1.1. caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. interromper a execução da concessão sob alegação de inadimplemento por parte do concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei federal nº 8.666/1993.

16.2. O concessionário é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo concedente, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 8.666/1993, na Lei federal nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

- 18.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.
- 18.2. A concessionária se responsabilizará civilmente por todos os danos causados nas dependências do objeto da licitação, consoante artigo 927 do Código Civil.
- 18.3. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo concedente.
- 18.4. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.
- 18.5. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.
- 19.2. E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, em 03 (três) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, de de 2020.

JUVIR COSTELLA
Secretaria de Logística e Transportes - SELT
Concedente

ELVIO LUPO NETO
Localiza Rent a Car SA.
Concessionária

Testemunhas:



Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300

Nome do documento: Contrato_de_Concessao_Remunerada_de_Uso_n_034_2020_-_Aero_Santo_Angelo - assinado.pdf

Documento assinado por

Órgão/Grupo/Matrícula

Data

Juvir Costella

SELT / GAB / 259369608

21/09/2020 10:50:02



estimados - PRAZO: Até 180 dias - DATA CONTRATO: 04/09/2020 - ENQUADRAMENTO LEGAL: Art. 29, Inciso XV da Lei 13.303/2016

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

JUVIR COSTELLA
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7º andar
Porto Alegre / RS / 90119-900

Gabinete do Secretário

JUVIR COSTELLA
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7º andar
Porto Alegre / RS / 90119-900

Contratos

Protocolo: 2020000468199

SÚMULA DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO Nº 012/2016

Processo Administrativo: 20/1800-0000464-6

Partes: Secretaria de Logística e Transportes-SELT e Jader dos Santos Paiva.

Objeto: Por este instrumento fica aditada a Cláusula Sétima - Dos Prazos, item 7.3, para prorrogar o contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 28 de setembro de 2020 e terminando em 27 de setembro de 2021.

- As demais cláusulas e condições pactuadas, não mencionadas ou modificadas por este instrumento, permanecem inalteradas e em pleno vigor, ficando o presente Aditivo como parte integrante do contrato.

JUVIR COSTELLA
Secretaria de Logística e Transportes

Protocolo: 2020000468332

SÚMULA DO CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO Nº 035/2020

Processo Administrativo Eletrônico nº 20/1800-0000254-6

Partes: Secretaria de Logística e Transportes – SELT e a empresa Localiza Rent a Car S.A – CNPJ: 16.670.085/0001-55.

Objeto: Concessão remunerada de uso de área no terminal de passageiros (ATP), de 3,40 m², no Aeroporto Regional de Passo Fundo, destinada exclusivamente para empresa locadora de veículos, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo II ao Edital..

Valor: R\$ 1.966,29 (mil, novecentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos), mensal.

Vigência: O prazo de duração deste contrato, será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de ordem de início da Concessão .

Base Legal: Edital de Pregão Eletrônico nº 9173/CELIC/2020.

Protocolo: 2020000468333

SÚMULA DO CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO Nº 034/2020

Processo Administrativo Eletrônico nº 20/1800-0000253-8

Partes: Secretaria de Logística e Transportes – SELT e a empresa Localiza Rent a Car S.A – CNPJ: 16.670.085/0001-55.

Objeto: Concessão remunerada de uso de área no terminal de passageiros (ATP), de 4,74 m², no Aeroporto Regional de Santo Ângelo, destinada exclusivamente para empresa locadora de veículos, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo II ao Edital.



Nome do arquivo: ArquivoAssinado_7f92e83f-0ca0-478f-b526-fd1b25ea4ef2..pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COM Responsável: JOSE ANTONIO COSTA LEAL	22/09/2020 11:08:28 GMT-03:00	87124582000104 84948337749	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valor: R\$ 1.074,23 (mil, setenta e quatro reais e vinte e três centavos), mensal.

Vigência: O prazo de duração deste contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de ordem de início da Concessão.

Base Legal: Edital de Pregão Eletrônico nº 9164/CELIC/2020.

EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A

URBANO SCHMITT
Av. Borges de Medeiros, 261 - 3º andar
Porto Alegre / RS / 90020-021

Empresa Gaúcha de Rodovias S/A

URBANO SCHMITT
Av. Borges de Medeiros, 261 - 3º andar
Porto Alegre / RS / 90020-021

Licitações

Protocolo: 2020000468200

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

EDITAL 019/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

A **EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A – EGR**, torna pública a Licitação acima, pela modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO. **Objeto** : Contratação de empresa especializada para execução de obra, com aquisição dos equipamentos e materiais necessários para reforma e adequação do 11º pavimento do prédio do DAER, totalizando 881,62 m² de área, para abrigar a sede da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. – EGR. O edifício localiza-se na Avenida Borges de Medeiros, nº 1555, no bairro Praia de Belas, em Porto Alegre/RS, conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos. **Abertura das propostas:** dia 30/09/2020, às 10h01min. PROA Nº 20/0496-0000676-1. Edital disponível nos sites www.egr.rs.gov.br e www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

Contratos

Protocolo: 2020000468201

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 049/2019 entre a EGR e a RGS ENGENHARIA S/A. Objeto: Alteração da Cláusula Décima Oitava – Da Vigência e Da Eficácia, para prorrogar a vigência contratual por mais 6 meses, a contar de 26/09/2020; e Readequação do Contrato 049/2019, de forma qualitativa e quantitativa, com repercussão financeira, alterando a Cláusula Terceira – Do Preço, passando a ser o novo preço total de R\$ 6.678.734,72. Processo Nº 17/0496-0001735-0.

Protocolo: 2020000468202

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 051/2019 entre a EGR e RGS ENGENHARIA S/A. Objeto: Readequação das atividades do Contrato 051/2019, de forma qualitativa, sem repercussão financeira. Processo Nº 19/0496-0001132-8.

Protocolo: 2020000468203

TERMO DE RESCISÃO

Pelo presente, fica rescindido de pleno direito, amigavelmente, com efeitos a partir de 07/08/2020, o Contrato nº 066/2018 entre a EGR e a LRT SERVICOS LTDA ME. Objeto: Serviços técnicos de engenharia para execução de plantio de 295 (duzentas e noventa e cinco) mudas nativas na Faixa de Domínio da rodovia ERS-135 e acompanhamento do desenvolvimento salutar das mesmas. Processo nº 16/0496-0003631-6.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

LUCIANO FAUSTINO DA SILVA
Av. Borges de Medeiros, 1555
Porto Alegre / RS / 90110-150

Direção-Geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

LUCIANO FAUSTINO DA SILVA
Av. Borges de Medeiros, 1555
Porto Alegre / RS / 90110-150

Portarias

Protocolo: 2020000468204

Assunto: Portaria
Expediente: 20/0435-0001133-0



Nome do arquivo: ArquivoAssinado_6100a98d-0fde-4e9a-9f06-e922f571ebb2..pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COM Responsável: JOSE ANTONIO COSTA LEAL	22/09/2020 11:08:36 GMT-03:00	87124582000104 84948337749	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.